



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 29/2015

Proposio : Projeto de Lei n 12/2015
Autoria : Executivo
Assunto : Institui o Programa de Adoo de Praças Públicas, de Esportes e áreas Verdes e estabelece seus objetivos e processos, suas espécies e limitaes das responsabilidades e dos benefícios dos adotantes.

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuies legais;

APROVA:

Art. 1. Fica instituído o Programa de Adoo de Praças Públicas, de Esportes e áreas Verdes no âmbito do Município de Guar, com os seguintes objetivos, entre outros:

I – promover a participao da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanizao, nos cuidados e na manuteno das praças públicas, de esportes e de áreas verdes do Município de Guar, em conjunto com Poder Público Municipal;

II – levar a populao vizinha às praças públicas, de esportes e áreas verdes a entenderem esses espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Público Municipal;

III – incentivar o uso das praças, de esportes e áreas verdes pela populao, por associaes desportivas, de lazer e culturais da área de abrangência das mesmas;

IV – propiciar que grupos organizados da populao elaborem projetos de utilizao das praças públicas, de esportes e áreas verdes que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da populao.

Art. 2. Podem participar do Programa quaisquer entidades da sociedade civil, associaes de moradores, sociedade amigos de bairro e pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no município de Guar.

Parágrafo nico - Ficam excluídas da participao no Programa pessoas jurídicas relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas imprrias aos objetivos propostos nesta lei.

Art. 3. Para participar do programa será necessária a realizao de convênio entre a entidade que vai assumir a adoo e o Poder Público Municipal.

Art. 4. Para dar início ao processo de adoo com vistas à realizao do convênio referido no artigo anterior, a entidade ou a pessoa jurídica, interessada em adotar determinada área pública, objeto desta lei, deve dar entrada  proposta de adoo, anexando o projeto a ser desenvolvido.

Art. 5. A adoo de uma praça pública, de esportes ou área verde pode se destinar a:



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

I – urbanização da praça pública ou de esportes, bem como da área verde de acordo com o projeto elaborado pela Secretaria competente do Executivo Municipal ou por ele aprovado;

II – construção de equipamentos de lazer ou esportivos em praça pública e ou de esportes, bem como nas áreas verdes, de acordo com o projeto elaborado pela Secretaria competente do Executivo Municipal ou por ele aprovado;

III – conservação e manutenção da área adotada;

IV – realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, de acordo com o projeto apresentado para aprovação e assinatura de convênio

Art. 6. Caberá ao Executivo Municipal, através dos órgãos competentes:

I – a elaboração dos projetos de urbanização e construção das praças pbricas, de esporte e áreas verdes que venham a ser adotadas;

II - a aprovação dos projetos de urbanização de construção das praças pbricas, de esporte e áreas verdes que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal em função do convênio estabelecido;

III - a fiscalização das obras e do cumprimento do convênio estabelecido.

Art. 7. A adoção de praças pbricas, de esporte e áreas verdes opera-se sem prejuízo da função do Poder Executivo de administrar os próprios municipais.

Art. 8. Caberá  Entidade ou pessoa jurídica adotante a responsabilidade:

I – pela execução dos projetos elaborados e/ou aprovados pelo Poder Público Municipal, com verba pessoal ou materiais próprios;

II – pela preservação e manutenção, conforme estabelecido no convênio e no projeto apresentado e devidamente aprovado;

III - pelo desenvolvimento dos programas que digam respeito ao uso da praça pública, de esportes ou área verde, conforme estabelecidos no projeto apresentado.

Art. 9. As entidades e pessoas jurídicas, que vierem a participar do Programa, deverão zelar pela manutenção, conservação, recuperação e iluminação da área que adotar, bem como na elaboração e execução dos trabalhos de arborização, com a adoção de sementes e mudas de rvores.

Art. 10. A Entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do convênio, a afixar, na área adotada, uma ou mais placas padronizadas alusivas ao processo de colaboração com o Poder Executivo Municipal, bem como o objetivo da adoção, conforme modelo a ser estabelecido no Decreto regulamentador.

Parágrafo nico - O nus com relação  elaboração e colocação das placas será de inteira responsabilidade do adotante observados os critérios estabelecidos pela legislação.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 11. O convênio de adoção em momento algum deverá conceder qualquer tipo de uso  Entidade adotante a não ser aqueles estabelecidos nesta Lei, principalmente no que diz respeito  concessão de uso ou permissão de uso.

Art. 12. Caso a Entidade adotante se trate de sociedade civil sem fins lucrativos, poderá a mesma usar dos espaços adotados para fins de publicidade a fim de arrecadar fundos para a consecuco dos objetivos estabelecidos no convênio.

 1. Ficam excluídas da licença outorgada neste artigo publicidades relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem com outras que possam ser consideradas imprrias aos objetivos propostos nesta lei.

 2. Pela utilizao e explorao dos meios de publicidade e propaganda previstas nos artigos 10 e 11 da presente lei, ficam as Entidades ou empresas privadas conveniadas isentas do pagamento das respectivas taxas de licença para publicidade estabelecida na legislao vigente.

Art. 13. O convênio de adoção em momento algum deverá conceder qualquer tipo de uso  entidade adotante a não ser aqueles estabelecidos nesta lei, principalmente no que diz respeito  concessão de uso ou permissão de uso.

Art. 14. Esta lei deverá ser regulamentada por decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicao, no qual se estabelecer, entre outras medidas:

I - os órgãos responsáveis pela aprovao dos projetos citados no artigo 4 desta lei;

II - a forma e tipo da placa padronizada estabelecida no artigo 10;

III - na forma e tipo de publicidade estabelecida no artigo 12.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicao, revogando-se as disposioes em contrário.

Guar/SP, 22 de setembro de 2015.

Ana Maria Figueiredo Cruz
Presidente

Vinicius Magno Filgueira
1 Secretário

ngela Aparecida Paulino Soares
2 Secretária